



21/03/2025

Número: **1005439-73.2025.8.11.0015**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º JUIZADO ESPECIAL DE SINOP**

Última distribuição : **07/03/2025**

Valor da causa: **R\$ 9.743,60**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
JOSE MILTON COSTA ALVES (REQUERENTE)	
	EVELIN DAYANE PEDROSO BELIZARIO (ADVOGADO(A))
BANCO BRADESCO S.A. (REQUERIDO)	
	WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO(A))

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
187258541	17/03/2025 12:25	Juntada de Termo de audiência	Termo de audiência	Termo de audiência

Número do Processo: 1005439-73.2025.8.11.0015

Requerente: JOSE MILTON COSTA ALVES

Requerido: BANCO BRADESCO S.A.-

Data e horário: 17/03/2025, às 12h15min.

PRESENTES - VIDEOCONFERÊNCIA

Conciliadora: JULIA GIMENES PONTES GESTAL

Requerente (a)/ Preposto (a):

Advogado(a) do(a) Requerente:

Requerido (a)/ Preposto (a): Aristides Hamad Gomes

Advogado(a) do(a) Requerido (a): Julio Cesar França Veras

OAB/CE 50.906

OCORRÊNCIAS

Com fundamento no art. 22, §2º da Lei nº 9.099/95 e nos termos do Provimento n. 15/2020 proferido pela Corregedoria-Geral da Justiça, foi aberta a audiência não presencial às **12h15min.** através do sistema "Microsoft Teams". Em seguida, consignando que o link de acesso para participação do presente ato por videoconferência foi disponibilizado nos autos previamente, apregooou-se os nomes das partes no horário designado.

A carta de preposição e o substabelecimento foram juntados previamente aos autos pela parte Reclamada. exposta em vídeo para comprovação.

Constatada a ausência da parte promovente, restou prejudicada a tentativa de acordo.

Dada a palavra a parte requerida, está assim se manifestou: **“MM. Juiz, tendo em vista a ausência, e se for injustificada pela (o) requerente, requer a extinção do feito, conforme autoriza o artigo 51, I da Lei 9099/95, com aplicação do enunciado 28 do fonaje, e aplicação de multa do art. 334,**



§8º. Pede deferimento”.

Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, as ocorrências foram captadas em áudio e vídeo.

Nada mais havendo a consignar, por mim, conciliadora, foi lavrado o presente termo e assinado digitalmente, mantendo original assinado em pasta própria, nos termos da Resolução 185 de 2013 do CNJ.

JULIA GIMENES PONTES GESTAL

Conciliadora

Assinado Digitalmente

